

POLÍTICA ECONÔMICA

Políticos acham dolarização inevitável

A anunciada unificação do câmbio deu mais um indício de que medida deverá ser adotada

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Os principais líderes políticos e economistas com trânsito no Ministério da Fazenda estão convencidos de que dificilmente o ministro Fernando Henrique Cardoso deixará de adotar algum tipo de dolarização da economia. A unificação do câmbio, anunciada por Cardoso e que provocou fortes oscilações no mercado financeiro na sexta-feira (ver gráfico), embora tenha irritado os seus assessores no Ministério da Fazenda, deu um novo indício que aponta nessa direção.

A principal questão na área política e técnica, agora, é saber qual será a fórmula que poderá ser adotada pelo governo: o modelo argentino, que prevê o curso livre do dólar na economia ao lado da moeda nacional, ou a proposta do economista André Lara Resende, atual negociador da dívida externa brasileira, que prevê a criação de outra moeda lastreada em dólar.

Se o choque for efetivamente adotado, no entanto, será diferente dos anteriores. Vai respeitar as relações contratuais, não conterà confiscos e, provavelmente, não incluirá o congelamento de preços. Talvez, por isso mesmo, o presidente Itamar Franco e o ministro Fernando Henrique Cardoso insistam em dizer que não pretendem adotar nenhum tipo de choque

econômico.

Os economistas preferem utilizar eufemismos para falar sobre o que desejam: para eles, é preciso achar uma "âncora para os valores nominais" ou "âncoras que coordenem as expectativas". Em outras palavras, a questão central hoje é definir um referencial monetário para uma economia com inflação crônica como a brasileira.

Nas avaliações feitas pelas mesmas fontes, o choque não precisaria ser feito de uma única vez. O ministro da economia da Argentina, Domingo Cavallo, foi adotando uma série de medidas complementares, depois que fixou a paridade entre o peso e o dólar. Outra parti-

cularidade de uma dolarização é que o ajuste fiscal se torna essencial para o sucesso do programa.

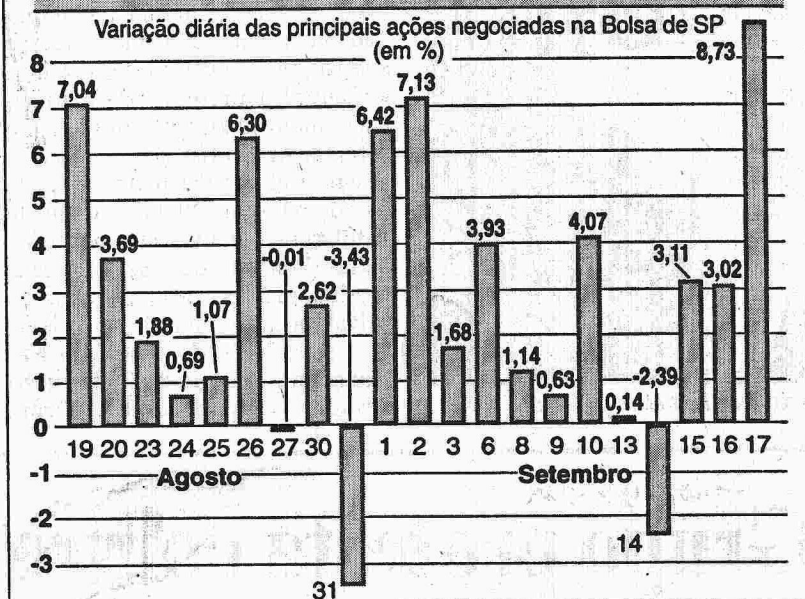
As forças políticas da sociedade passam a ficar mais sensíveis à proposta de ajuste das contas públicas, porque identificam nessa estratégia uma necessidade para a manutenção da taxa de inflação em níveis reduzidos.

O cronograma do ministro Cardoso foi atropelado pela crise política aberta pelo PMDB, agravada na semana passada com a decisão do STF, que suspendeu a cobrança do IMPF. "A crise do PMDB com o presidente Itamar Franco é uma briga em torno do orçamento", revelou um importante parlamentar governista.

DÚVIDA É SOBRE O MODELO A SER ADOTADO



Reação Direta



Crise política precipita choque

Segundo um influente parlamentar ligado ao governo, a crise política foi provocada pelo PMDB porque o partido quer mais dinheiro "para gastar porque a eleição de 1994 está aí". Além de não atender aos interesses do maior partido no Congresso, o governo quer, agora, cortar cerca de US\$ 1,6 bilhão no orçamento deste ano para compensar a perda de receita com o IMPF.

"Essa crise precipita o choque", advertiu esse parlamentar. "É muito mais fácil o PMDB aceitar os cortes e o ajuste fiscal se a inflação estiver baixa, do que agora", argumentou.

Perda de influência — O fato é que a influência do deputado José Serra (SP), líder do PSDB na Câmara, sobre o ministro Fernando Henrique Cardoso é cada vez menor, admitem vários parla-

mentares tucanos. Serra foi o principal responsável pela estratégia adotada por Fernando Henrique Cardoso, assim que assumiu o Ministério da Fazenda.

Segundo o parlamentar, principal economista dos tucanos, era preciso primeiro fazer o ajuste fiscal para, só depois, atacar a inflação inercial e os seus mecanismos de indexação.

O medo de Serra era que, se um choque fosse adotado, a sociedade teria a ilusão de que a inflação estaria sob controle e não aceitaria fazer o ajuste fiscal.

Uma outra corrente de economistas defendeu a tese, junto ao ministro Cardoso, de que era mais fácil fazer primeiro o choque para, logo em seguida, adotar o ajuste fiscal. Mesmo porque, argumentavam os defensores desta proposta, o equilíbrio das contas públicas na situação brasileira é uma meta de médio

prazo. O ex-ministro do Planejamento, João Sayad, chegou a participar de um almoço com o ministro Cardoso, quando defendeu essa estratégia. Mas Serra foi o vitorioso.

Grupo PUC — As pressões políticas estão agora levando o ministro Cardoso em direção da alternativa defendida por Sayad, movimento facilitado pelo fato de a equipe econômica ser dominada hoje pelo chamado Grupo PUC-Rio.

Desse grupo fazem parte o economista Edmar Bacha, principal assessor do ministro da Fazenda; Winston Frisch, secretário de Política Econômica; Pedro Malan, presidente do Banco Central; André Lara Resende, negociador da dívida externa; Pérsio Arida, presidente do BNDES; e Gustavo Franco, diretor da área externa do Banco Central. Suas principais teses: é impossível reduzir gradualmente a inflação brasileira; o ajuste fiscal pode ser feito durante um processo de estabilização da moeda.

AUMENTA INFLUÊNCIA DO GRUPO DA PUC

Economia Brasil
077
Reportagem 0124

Economia Brasil
077
Reportagem 0125